



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 48ª
(QUADRAGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER A APLICABILIDADE DA LEI Nº 4.092, DE 2008,
EM 26 DE MAIO DE 2011**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Cristiano Araújo e Cláudio Abrantes

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 29 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 38 minutos

PRESENÇA – Compareceram os seguintes deputados:

- | | |
|-----------------------------------|---------------------------------------|
| • Deputado Agaciel Maia – PTC | • Deputado Joe Valle – PSB |
| • Deputada Celina Leão – PMN | • Deputada Luzia de Paula – PPS |
| • Deputado Chico Leite – PT | • Deputado Olair Francisco – PT do B |
| • Deputado Cláudio Abrantes – PPS | • Deputado Patrício – PT |
| • Deputado Cristiano Araújo – PTB | • Deputado Prof. Israel Batista – PDT |
| • Deputado Dr. Michel – PSL | • Deputada Rejane Pitanga – PT |
| • Deputado Evandro Garla – PRB | • Deputado Washington Mesquita – PSDB |

**ATA SUCINTA DA 48ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 26 DE MAIO DE 2011,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL**

Revisor: _____ Chefe Setas: _____ (Th/LO/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Cristiano Araújo):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Cristiano Araújo):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 395, de 2011, do Deputado Cláudio Abrantes, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a aplicabilidade da Lei nº 4.092, de 2008.

2.1 COMPOSIÇÃO DA MESA

- **DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES**, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura
- **GLAUCO ROJAS**, Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal
- **PAULO TARSO CASTILHO**, Subsecretário de Estado de Turismo do Distrito Federal
- **ALDO FERNANDES**, Diretor de Fiscalização do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM
- **RÊNIO QUINTAS**, Presidente do Fórum de Cultura do Distrito Federal
- **SIDNEY TEIXEIRA**, Presidente da Ordem dos Músicos de Brasília
- **CLAYTON MACHADO**, Presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Brasília – SINDHOBAR
- **WAGNER MARTINS**, auditor da Agência de Fiscalização do Distrito Federal – AGEFIS

2.2 PRONUNCIAMENTOS

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura

- Destaca a importância desta comissão geral.
- Defende investimentos na área da cultura, em especial diante da realização da Copa do Mundo da Fifa em 2014.
- Aborda o conflito entre os donos de bares e restaurantes que fazem uso da música ao vivo e os moradores vizinhos aos estabelecimentos.

WAGNER MARTINS, Senhor Auditor da AGEFIS

- Comenta o papel fiscalizador da AGEFIS.
- Esclarece que a Agência se ocupa em fiscalizar os bares e restaurantes nos termos da lei que rege as licenças de funcionamento, mas que não cabe à AGEFIS a aferição de poluição sonora.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

CLAYTON MACHADO, Presidente do SINDHOBAR

- Critica a atuação dos agentes fiscalizadores, que muitas vezes procedem arbitrariamente.
- Argumenta que não há fundamento jurídico que sustente a exigência de que os donos de bares peçam autorização dos moradores vizinhos para a implantação de música ao vivo.
- Repudia decreto que autoriza agentes policiais a fecharem estabelecimentos que julguem estar ameaçando a segurança pública.
- Afirma que o setor gera cerca de 100.000 empregos diretos e representa 3% do PIB do Distrito Federal.
- Destaca a importância dos músicos para vários estabelecimentos comerciais.
- Exige que se cumpra a lei e que não se permita a qualquer agente público agir por julgamento próprio, em detrimento dos bares e restaurantes.

DEPUTADO AGACIEL MAIA, presidente da CEOF

- Participa que acompanha o problema dos bares e restaurantes de Brasília desde 1974, quando chegou à cidade.
- Avalia que a CLDF precisa regulamentar a matéria, com base nas comissões gerais e audiências públicas realizadas, especificando, também, a responsabilidade da administração pública, especialmente quanto à demora na emissão dos alvarás.
- Felicita o Deputado Cláudio Abrantes pela comissão geral, que fornecerá subsídios aos parlamentares na edição de leis sobre a matéria.
- Sugere que a Casa constitua uma comissão para exigir do Governador que adote as providências necessárias, sob pena, inclusive, de os deputados não votarem projetos do Executivo até que o problema seja resolvido.
- Observa que os servidores da AGEFIS são obrigados a cumprir as determinações legais ou de seus superiores, sob pena de responsabilização.

SIDNEY TEIXEIRA, Presidente da Ordem dos Músicos de Brasília

- Reivindica o direito de os músicos tocarem em bares e restaurantes.

RÊNIO QUINTAS, Presidente do Fórum de Cultura do Distrito Federal

- Considera que os problemas atuais da cidade são reflexos de erros acumulados no passado.
- Observa que, apesar de todas as dificuldades que têm sido impostas à vida cultural da cidade, os artistas brasilienses têm resistido.
- Afirma ser necessário estabelecer um marco regulatório de convivência pacífica, fazendo preponderar o interesse da maioria.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- Considera que o desenvolvimento da área cultural é imprescindível para o entretenimento de turistas.
- Diz que a letra fria da lei não traduz a alma da cidade.
- Entende que a lei em debate tem caráter napoleônico e se opõe ao desenvolvimento da cultura.
- Destaca o papel da arte na formação dos jovens.

DEPUTADO ISRAEL BATISTA – PDT

- Reconhece que os turistas não têm boa impressão de Brasília porque a cidade não dispõe de infraestrutura adequada para acolhê-los.
- Lamenta que Brasília ainda não tenha uma identidade cultural, apesar de ser o berço de muitos artistas, que acabam indo para outros estados por não terem a oportunidade de crescer profissionalmente aqui.
- Afirma que, apesar dos espaços disponíveis na cidade, na maioria das vezes os músicos acabam tocando em lugares restritos, em vez de se apresentarem para o grande público.
- Julga que alguns moradores exageram em suas reclamações contra o excesso de barulho e a desordem no trânsito decorrente do acesso aos bares localizados nas comerciais das quadras do Plano Piloto.
- Cita medidas adotadas pela prefeitura do Rio de Janeiro durante o carnaval para coibir os excessos dos foliões em eventos públicos.
- Acusa o Estado de culpar indevidamente os bares pela violência e por problemas no trânsito.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES

- Comunica que apresentou projeto de resolução que cria a Comissão da Cultura da CLDF, a fim de que os projetos dessa área sejam analisados por comissão específica e não mais como subtema da Comissão de Assuntos Sociais.
- Explica que a Frente Parlamentar em Defesa da Cultura continuará atuando, mesmo após a aprovação do projeto de sua autoria.

ALDO FERNANDES, Diretor de Fiscalização do Instituto Brasília Ambiental - IBRAM

- Afasta a idéia de que os agentes fiscalizadores são insensíveis ou avessos à cultura.
- Explica os procedimentos de controle de emissões sonoras e as medidas administrativas pertinentes.
- Ressalta que são garantidos ao autuado, no processo administrativo, o contraditório e a ampla defesa.
- Afirma que o IBRAM está aberto ao debate e pretende alcançar uma solução que atenda a todos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PAULO DE TARSO CASTILHO, Subsecretário de Estado de Turismo do Distrito Federal

- Afirma que a Secretaria tem acompanhado as discussões relativas à cultura, devido à importância dessa área para o turismo local.
- Defende a reativação do Projeto Orla, desativado há cerca de 15 anos, como uma alternativa, em seus onze pólos, para agregar os músicos de Brasília e garantir-lhes um espaço adequado.
- Critica a demora na preparação da cidade para a realização da Copa do Mundo.
- Anuncia que Brasília poderá receber a Central de Mídia da Copa, que precisará estar pronta até a Copa das Confederações, em 2013, e será mantida nas Olimpíadas do Rio de Janeiro.
- Coloca a Secretaria à disposição dos presentes.

GLAUCO ROJAS, Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal

- Considera que os atos e as normas oriundas do poder público têm sido muito restritivos em relação ao desenvolvimento da vida cultural no DF.
- Manifesta apoio ao pleito dos artistas.
- Dispõe-se a participar de debates futuros.

RAISSA TOMAZ, assessora de imprensa do IBRAM

- Responde ao Secretário Rojas que a poluição sonora está associada ao meio ambiente e, portanto, constitui um tema de grande relevância.
- Explica que o IBRAM é, na essência, um órgão de caráter preventivo e educativo, e não punitivo.
- Informa que o Instituto está organizando fóruns setoriais para o licenciamento ambiental, documento obrigatório para todos os empreendimentos, e avisa que comunicará aos interessados a realização do fórum específico desse setor.
- Anuncia que a Norma Brasileira nº 10.151, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a ser publicada, obrigará as construtoras a colocarem isolamento acústico externo na construção de imóveis.
- Justifica o fechamento do Café da Rua Oito, na Asa Norte, e frisa que o IBRAM realiza um trabalho gradativo, negociando com os proprietários antes de fechar qualquer estabelecimento.
- Esclarece que o acompanhamento policial visa a garantir a integridade física dos fiscais e que o apoio da AGEFIS se deve à experiência da Agência no trabalho de fiscalização.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LÍGIA PINHEIRO, professora de música

- Afirma que, em pesquisa de campo, identificou poluição sonora de até 80 decibéis em shoppings e avalia que os bares e restaurantes não devem ser tratados como vilões.
- Defende a união dos músicos e a garantia de espaço para os artistas da cidade.

PABLO FEITOSA, proprietário e administrador do Centro Cultural Raízes

- Relata, para exemplificar a falta de diálogo dos órgãos públicos, que, em 2004, Brasília recebeu do então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, o título de Capital da Música e, dois dias depois, seu estabelecimento foi multado pela AGEFIS por executar música ambiente.
- Contesta a declaração da assessora de imprensa do IBRAM de que os proprietários dos bares da Asa Norte tenham sido alertados antes do fechamento de seus estabelecimentos.
- Critica a demora na emissão de alvarás.
- Alerta para o prejuízo causado aos trabalhadores em decorrência da interdição desses estabelecimentos.

MÁRCIO LEAL, diretor da Mídia.com

- Reclama da burocracia para a concessão de alvarás.
- Observa que a AGEFIS e o IBRAM atuam em cumprimento às leis e, por isso, as leis é que devem ser alteradas.
- Cobra do Poder Legislativo a edição de leis que resguardecem as atividades dos artistas.
- Critica a mistura, constante dos planos diretores aprovados na Casa, de imóveis residenciais e comerciais em uma mesma área.

RÉGIS TORRES, músico integrante do Movimento de Revitalização da Música de Brasília

- Ressalta que é músico há 34 anos e que faz música, e não poluição sonora.
- Argumenta que a cultura não pode pagar pela especulação imobiliária, uma vez que a antiga legislação não permitia residências em cima dos comércios.
- Responde ao Subsecretário de Turismo que a cultura não pode ser setorizada: o Projeto Orla é apenas uma parte do que pode ser realizado na cidade.
- Denuncia que Brasília é uma das poucas cidades, quicã a única, a exigir alvará de funcionamento para execução de música ao vivo.
- Julga que um Termo de Ajustamento de Conduta pode resolver o problema entre os músicos, que precisam trabalhar, e os moradores, que necessitam dormir.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LUIZ GOTTSCHALL, proprietário da Choperia Maracanã

- Relata que o processo de obtenção da licença para execução de música ao vivo em seu estabelecimento demorou oito meses.
- Critica o limite de 60 decibéis fixado em lei e argumenta que, em qualquer bar do Distrito Federal, com música ao vivo ou não, o volume máximo permitido pela lei é superado.
- Pede a adoção de medidas temporárias, que antecedam a alteração da lei, para garantir que os bares e restaurantes funcionem plenamente.

JAIME RECENA presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel-DF

- Queixa-se do fato de as pessoas que decidem morar em cima de bares e restaurantes terem mais direitos do que os comerciantes, conseguindo fechar os estabelecimentos que funcionam na área que a eles foi destinada.
- Rebate a declaração da assessora do IBRAM de que o Instituto seja um órgão de prevenção e de educação: todas as visitas que recebeu tiveram como objetivo puni-lo, e não estabelecer um diálogo na busca de soluções conjuntas.
- Qualifica o uso de força policial nas operações do Instituto como uma forma de intimidação e contesta a afirmação de que ele seja necessário para garantir a integridade física dos fiscais.
- Sugere à Casa que convide os prefeitos de quadras e representantes dos moradores para os próximos debates sobre o tema.
- Acusa de hipócritas os moradores que reclamam do barulho e dos problemas em sua quadra, mas saem para se divertir em outra e acabam cometendo os mesmos atos que condenam.
- Pede o apoio de todos os parlamentares para mudar a lei que rege a matéria.

JULIANA ANDRADE, proprietária do Balaio Café

- Relata que seu estabelecimento foi fechado sem prévia comunicação.
- Critica a falta de informação por parte dos órgãos públicos, que se ocupam em punir, mas não em educar.
- Questiona os critérios para atribuição dos valores das multas.
- Sugere que se abra consulta pública para o aprimoramento da discussão acerca da Lei do Silêncio e de outras matérias afetas à cultura e aos estabelecimentos comerciais.
- Manifesta a intenção de elaborar dossiê de perseguição aos bares.

WAGNER MARTINS, auditor da AGEFIS

- Frisa que a AGEFIS não tem interesse em tratar os músicos nem os empresários como marginais e que a sequência de erros a que se referiu o diretor de fiscalização do IBRAM, Aldo Fernandes, advém da legislação.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

– Justifica que os fiscais não têm conseguido realizar o trabalho preventivo porque a maioria de suas demandas é oriunda do Ministério Público ou do Judiciário e, portanto, exige cumprimento imediato.

– Explica que, depois da criação da Agência e da Secretaria de Estado de Fiscalização de Atividades Urbanas do DF, os procedimentos de fiscalização foram unificados.

– Contesta as declarações do presidente do SINDHOBAR, uma vez que todos os fiscais são obrigados a seguir o Manual de Procedimentos Fiscais editado pela AGEFIS.

– Chama a atenção para os prejuízos causados aos comerciantes com as mudanças de destinação de áreas, frequentes no DF, e salienta que a Agência não pode deixar de cumprir a lei, independentemente de suas falhas.

– Reforça que, no que tange à concessão de licenças de funcionamento, esta Casa precisa reformular a legislação e criar leis eficientes e constitucionais.

ALDO FERNANDES, Diretor de Fiscalização do IBRAM

– Esclarece que os limites considerados pelo IBRAM são os estabelecidos pela ABNT.

– Ressalta que o IBRAM se dedica à execução da lei, mas estará sempre aberto ao debate.

GLAUCO ROJAS, Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal

– Agradece a oportunidade de participar desta comissão e coloca-se à disposição.

RÊNIO QUINTAS, Presidente do Fórum de Cultura do Distrito Federal

– Enfatiza o papel da arte e parabeniza o Deputado Cláudio Abrantes pela iniciativa.

CLAYTON MACHADO, presidente do SINDHOBAR

– Registra que já participou de vários debates sobre esse tema em governos anteriores e que, até hoje, o problema não foi resolvido.

– Critica o abandono dos espaços públicos e cita equipamentos públicos que estão fechados ou são subutilizados ou usados de forma precária por não ter sido realizada consulta prévia aos empresários que têm experiência no setor de entretenimento, lazer e cultura.

– Lista outros empreendimentos que serão inaugurados e que correm o risco de ter o mesmo destino.

– Pede à Casa que intervenha de forma a propiciar a participação dos empresários na elaboração dos projetos desses equipamentos a fim de garantir seu funcionamento pleno.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GLAUCO ROJAS, Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal

– Informa que solicitou à equipe de técnicos da Secretaria que estude a possibilidade de abertura de uma linha de crédito no âmbito do Fundo para Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – Funger/DF, para promover o isolamento acústico dos estabelecimentos comerciais.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Cultura

- Agradece a presença de todos.
- Destaca Brasília como celeiro de artistas de qualidade.
- Defende alterações na lei para equilibrar a relação entre os donos de bares e restaurantes e os moradores.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Cláudio Abrantes):

– Agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 105 – Suplemento, de 7/6/2011.